



DEM não aceitará volta da CPMF

Menos de quinze dias após a eleição presidencial, a população brasileira deparou-se com um tema que foi escondido durante toda a campanha eleitoral da presidente eleita Dilma Rousseff: a volta da CPMF. Notícia divulgada pela imprensa, semana passada, mostrou que grande parte dos governadores recém eleitos defendeu a volta do tributo, conhecido como o “imposto do cheque”.

O Democratas, um dos principais articuladores pelo término da contribuição em 2007, emitiu nota oficial condenando a volta da CPMF. Segundo o líder do partido Antonio Carlos Junior (BA), debater o retorno da contribuição é um desrespeito ao cidadão e a ca-



da voto depositado nas urnas. “O governo tem é que equacionar melhor seus gastos, reprimir a corrupção, enxugar a máquina para ter mais dinheiro para a saúde”, frisou o democrata.

O senador pelo Rio Grande do Norte José Bezerra disse que não existem justificativas suficientes para a volta do tributo uma vez que a arrecadação do Brasil aumentou após o fim da CPMF. “Isso é estelionato eleitoral. Houve uma promessa clara da presidente Dilma durante sua campanha em não aumentar imposto. Toda a população brasileira está surpreendida com a notícia. Para que CPMF quando houve maior arrecadação devido ao aumento da atividade econômica?”, questionou o parlamentar.

De acordo com os senadores, se falta recurso para a saúde – principal alegação dos governistas para a volta da CPMF - deve-se à má gestão do dinheiro público. “Dinheiro não falta, faltam competência e sobriedade na gestão pública”, frisou ACM Junior. O senador José Bezerra defendeu a aprovação urgente da reforma tributária. “O que precisa no Brasil é de uma reforma tributária e que o governo use a máquina pública em benefício da população”.

CPI da Pedofilia é prorrogada

Relator da CPI da Pedofilia, o senador Demostenes Torres (GO), comemorou a ampliação dos trabalhos da comissão. A CPI, que deveria ter sido encerrada nessa quarta-feira (10), teve seus trabalhos prorrogados até o dia 22 de dezembro. O anúncio foi feito pelo presidente da comissão, senador Magno Malta (PR-ES). Com o novo prazo, novas reuniões serão agendadas para recolher o depoimento de supostos envolvidos em crimes de pedofilia que não foram ouvidos até então.

Na próxima semana, integrantes da CPI se reunirão com os representantes do Ministério Público Federal, da Polícia Federal e do Senado para revisar os trabalhos realizados até agora.

Brasil precisa de reformas

Com o novo quadro político eleito, o senador Marco Maciel (PE) disse que o Brasil não pode mais atrasar a discussão e aprovação de suas reformas política, institucional e tributária. “Nós precisamos ter a consciência de que esse projeto de país dependerá muito do nosso querer coletivo”, afirmou o democrata pernambucano.

Em relação à reforma política, Marco Maciel acredita que o Brasil só terá uma democracia realmente diga quando forem feitas três reformas: do sistema eleitoral, do sistema partidário e do sistema de governo. “A persistência com que tenho abordado o tema nasce da convicção de que a mais relevante das reformas do país é a de natureza institucional e política, de que dependem todas as outras”.

Trem-bala não é prioridade, diz Eliseu

O senador Eliseu Resende (MG) considerou inviável o Senado aprovar, neste momento, a liberação de verba para a construção do Trem de Alta Velocidade (TAV). Nesta semana, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou medida provisória (MP) que libera R\$ 20 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o trem-bala. O empreendimento ligará o Rio de Janeiro a São Paulo e Campinas.

“O projeto do trem-bala não deve ser prioridade neste momento”, disse Eliseu Resende. De acordo com o senador por Minas Gerais, os recursos para implantação do TAV seriam mais bem empregados em projetos de ampliação dos metrô das capitais, quase todos com obras inconclusas ou mesmo paralisadas. O DEM também pediu à Consultoria do Senado uma avaliação técnica da constitucionalidade da MP que libera os recursos.



DEM quer discutir pauta de votação

O líder ACM Junior (BA) ratificou a necessidade de um entendimento prévio entre oposição e base governista antes de se votar a pauta do plenário. “É imprescindível conversar com todos os líderes partidários para chegarmos a um consenso”, afirmou. Entre as matérias importantes, citou o senador, estão os códigos Civil e de Processo Penal. “Sem essa avaliação profunda para ver o que é prioridade não dá para votar”, contou.

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), ainda não convocou os líderes partidários para tentar estabelecer uma pauta mínima de votações até o final do ano. “As dificuldades ficam grandes se não houver reunião. Nosso desejo não é de forma alguma obstruir, mas é preciso conversar com todos os líderes. Não vamos fechar questão durante a votação no plenário. Temos que fazer isso antes”.



Acompanhe o trabalho dos senadores do DEM nas redes sociais:



@senadoresDEM



www.youtube.com/lidsenado

Expediente:

Líder dos Democratas no Senado: Antonio Carlos Junior (BA)
Edição e Reportagem: Fernanda Domingues / Diagramação: Andreza Figueiredo
Colaboração: Assessorias de Imprensa dos Senadores / Fotos: Ag. Senado
Telefone: (61) 3303.4831 / E-mail: imprensa.dem@senado.gov.br
End.: Senado Federal, Anexo II, Ala Senador Afonso Arinos, gabinete 9. / CEP: 70165-900

Oposição responsável

Passado o período eleitoral, o senador Jayme Campos (MT) disse que o Democratas não mudará seu perfil de fazer oposição corajosa e fiscalizadora. Mesmo com o número reduzido de representantes na próxima legislatura, o partido continuará, segundo o parlamentar, lutando por seus ideias, como a diminuição da carga tributária e das desigualdades sociais.

“A oposição não pode e não vai relaxar em sua tarefa institucional. Continuaremos com um diálogo civilizado com o governo e na defesa de nossos programas e ideias, como a redução da carga tributária, o investimento de obras e a diminuição das desigualdades sociais”, ressaltou.



Soja não transgênica

O senador Gilberto Goellner (MT) defendeu o incentivo na exportação da soja não transgênica no Brasil. “O segmento deve estar cada vez mais unido em prol do produtor brasileiro. Faço um apelo para que as instituições participem efetivamente, pois a demanda existe e podemos assumi-la, transformando o Brasil em líder mundial na exportação de soja não transgênica”.

Nesta semana, o parlamentar participou do lançamento do Programa Soja Livre, criado com o objetivo de fortalecer o cultivo da soja convencional no Mato Grosso. Hoje, o Brasil é o segundo maior produtor de soja do mundo. O maior produtor é o estado de Mato



Grosso que, “para o plantio de soja não geneticamente modificada, para a safra de 2010/11, já tem uma área prevista de 2,5 milhões de hectares”, informou o senador.